

BAIRRO DA PAZ: DA RESISTÊNCIA À SOBREVIVÊNCIA

Marcelo Amorim Correia¹
Creuza Santos Lage²

“La ciudad es una unidad de organización y funcionamiento de la vida biológica y también social. No existe ciudad homogênea. Por el contrario, hay una multifacética diversidad interna que merece ser respetada y asumida como um recurso. Nada hay más antidemocrático que pretender homogeneizar una población.”

PNDU/NOPS (1997: 60)

INTRODUÇÃO

Este artigo possui como objetivo retomar a discussão sobre a cidade informal de Salvador, que segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), são núcleos constituídos por mais de 50 unidades habitacionais, ocupando terrenos de propriedade alheia, denominadas de favelas. Representam 32% da área total do município.

A internacionalização das economias mundiais, resultante da globalização, é um processo irreversível ao qual as cidades terão que se adaptar. Estas representam a maior manifestação da apropriação do território pelo homem, originada através das relações entre os processos sociais e políticas públicas, deste modo, a reprodução dessas relações materializam-se no espaço, são cristalizações da sociedade humana.

A necessidade crescente de um ambiente urbano que ofereça qualidade de vida, mas também a proteção e a segurança pública, lançam às cidades o importante desafio de desenvolver um futuro no qual os aspectos de sustentabilidade social, econômica e ambiental sejam equilibrados.

Embora esteja ocorrendo uma diminuição progressiva da população mundial, que segundo as projeções das Nações Unidas deverá chegar a uma cifra de aproximadamente 7,2 a 8,5 bilhões de pessoas em 2020, montante este composto com a maior parte da população em estado de pobreza ou miséria, residindo em países menos desenvolvidos é absolutamente inviável no contexto neoliberal contemporâneo garantir os direitos propostos pela Declaração Universal dos Direitos do Homem. Quando os signatários assinaram em

¹ Mestrando em Geografia pela UFBA, Graduado em Geografia pela UCSAL, Especialista em Metodologia do Ensino Superior pelo CEPOM e professor da Faculdade Jorge Amado (FJA) e do Colégio Antônio Vieira. correiacelo@yahoo.com.br.

² Professora Doutora do Instituto de Geociências da UFBA.

1948, esse objetivo já era utópico, com uma população mundial de cerca de 2,5 bilhões de habitantes; hoje, ele está completamente fora de questão.

A deterioração e o inchaço da periferia³ das cidades são temas de discussão mundial e atingem principalmente as megacidades, quase todas localizadas nos países periféricos e semiperiféricos⁴. Cinturões de miséria semelhantes aos que se vêem no Brasil podem ser encontrados na Cidade do México, em Bombaim, na Índia, em Jacarta, na Cidade do Cabo e na Indonésia, fruto de um crescimento desordenado. Das dez maiores metrópoles do mundo em 2010, conforme as projeções da agência Habitat, órgão da Organização das Nações Unidas (ONU), apenas duas, Tóquio e Nova York, estarão situadas em países desenvolvidos.

De acordo com o relatório “O desafio das favelas” do Programa de Assentamentos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU-Habitat) com sede em Nairóbi (Quênia), divulgado em outubro de 2003, o número de pessoas vivendo em favelas vai dobrar até 2030, chegando a dois bilhões de pessoas, em conseqüência da urbanização acelerada e do aumento da pobreza. Um sexto da população mundial — ou 924 milhões de pessoas — vive em favelas. Para o secretário-geral da ONU, Kofi Annan, está ocorrendo um processo chamado “*urbanização da pobreza*”, decorrente da migração da população pobre do campo para a cidade.

Segundo a ONU-Habitat, através da sua diretora executiva, Anna Tibaijuka, até 2050 a população mundial poderá chegar aos nove bilhões de pessoas, das quais seis bilhões viverão nas cidades. Destas, 3,5 bilhões (38%) estarão provavelmente vivendo em favelas, local da população de baixo *status*, que segundo Corrêa, (2004: 73)

é o lócus de correntes migratórias da zona rural e de pequenas cidades, bem como de grupos provenientes de antigas periferias da cidade, agora valorizadas e que, por isso mesmo, eliminam parte de seus moradores. É, em parte, através deste processo que se expande o espaço urbano ao longo da periferia popular sem amenidades.

Apesar de o crescimento acelerado das favelas ser evidente, o relatório ressalta que há pouco ou nenhum planejamento para acomodar a população que se desloca para as cidades em busca de uma vida melhor. As cidades podem se tornar inabitáveis caso não ocorra medidas radicais para reverter esse problema.

³ O significado de *periferia*, aqui, é utilizado como “*áreas com infra-estrutura e equipamentos de serviços deficientes, sendo essencialmente o locus da reprodução sócio-espacial da população de baixa renda*” (SERPA, 2001: 12; grifo no original).

⁴ Os termos técnicos *periféricos e semiperiféricos*, ver SOUZA (2003: 178-179).

O relatório salienta que olhar os moradores como uma parte da solução e não como um problema da favela é uma importante medida, atrelada à vontade política dos governos em resolver a questão da pobreza urbana.

As políticas para as favelas devem estar integradas com políticas de redução da pobreza urbana mais amplas, focadas nas pessoas, que lidem com aspectos como emprego e renda, abrigo, comida, saúde, educação e acesso à infra-estrutura e serviços urbanos básicos (ONU-HABITAT)

Para Souza (2003), quando o Estado promove a urbanização de uma favela, a princípio, este espaço não continuará a ser uma favela, no entanto esses espaços continuaram a receber um tratamento discriminatório conforme salienta

... como a força de inércia dos preconceitos é muito grande, é provável que, no imaginário coletivo da população privilegiada, as concentrações de pessoas pobres que continuariam a ser esses espaços, provavelmente continuariam recebendo algum tratamento discriminatório no cotidiano. Daí a importância de se enfrentarem, complementarmente à dotação de infra-estrutura e à regulamentação fundiária, o problema da pobreza e, também, o desafio representado pelos elementos racistas e estigmatizantes presentes no imaginário e associados às imagens de certos lugares. (ibidem, p. 174)

De acordo com a Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic) divulgadas pelo IBGE, em 2001, 1.269 prefeituras brasileiras (23%) declararam que havia favelas, mocambos, palafitas ou assemelhados em seu município. Porém, apenas 13% afirmaram possuir cadastro desse tipo de moradia. A pesquisa se baseou em informações repassadas pelas administrações municipais e registrou aumento de domicílios cadastrados em favelas: de 1999 para 2001, esse número passou de 921 mil para 2,36 milhões, um crescimento de 156%. O total de favelas cadastradas é de 16.433, e nelas existem 2.362.708 domicílios cadastrados. Desses domicílios, 1.654.736 (70%) estão localizados nos 32 maiores municípios do país (com mais de 500 mil habitantes). Todos os 32 grandes municípios declararam que havia favelas em seu território.

Os pesquisadores do IBGE acreditam que o número de residências em favelas deve ser maior, porque algumas prefeituras não repassaram dados. Entre as 32 cidades com mais de 500 mil habitantes São Luís e Manaus informaram não ter cadastros de suas favelas.

O ministro das Cidades, Olívio Dutra, ao comentar os resultados da pesquisa, salientou que 85% dos 5.560 municípios brasileiros já têm favelas ou outras moradias em condições igualmente precárias, denunciando a chamada “urbanização da pobreza”. Para zerar o déficit habitacional⁵ no Brasil, que hoje é de 6,6 milhões de unidades, e garantir condições dignas de moradia para todos os brasileiros, Olívio afirmou que será preciso investir R\$ 13 bilhões anualmente nos próximos 20 anos. Isso representa um investimento total de R\$ 260 bilhões.

A pesquisa aponta ainda que 21,5 milhões de famílias brasileiras, das quais 500 mil estão no Estado da Bahia, vivem sem uma casa para morar ou dormindo sob um teto que mais oferece risco do que abrigo. O maior déficit habitacional do País, cerca de 94% está concentrado entre a população com renda de até cinco salários mínimos. Por outro lado, as linhas de financiamento habitacional, no entanto, são predominantemente voltadas para atender a faixa de renda superior aos cinco salários.

Nota-se, portanto, que a população que mais necessita de uma moradia passa a depender dos programas governamentais que estão longe de atender à grande demanda e todos sustentados com recursos do Governo Federal, acrescido de pequena contrapartida do governo estadual e dos municípios. Somente o Estado de São Paulo possui recursos próprios para desenvolver programas habitacionais sem ajuda do Governo Federal.

Nesse contexto, os Movimentos dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) vêm ganhando força em diversas capitais e cidades através de suas ações de ocupação a prédios ou espaços abandonados (públicos ou privados), colocando em foco um dos principais problemas das cidades brasileiras: o déficit habitacional, estimado em seis milhões de unidades. Na capital baiana, tomada aqui como caso exemplar, este déficit é da ordem de 60%, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do IBGE, de 1999. E nada menos que quatrocentas mil residências precárias.

A segregação residencial, portanto neste sistema capitalista, torna-se mais complexa, viabilizando a reprodução das classes sociais e suas frações. Na verdade, segundo Corrêa (2003), essa reprodução através da segregação residencial só é possível

⁵ Esse conceito é trazido de forma clara na obra *ABC do desenvolvimento urbano* de SOUZA (2003 p.169).

Pelo fato de as diversas áreas residenciais, diferenciadas entre si, mas razoavelmente homogêneas quando consideradas internamente, configurarem meios distintos para a interação social, da qual os indivíduos derivam seus valores, expectativas, hábitos de consumo e estado de consciência. A partir do bairro enxerga-se a cidade e o mundo. (ibidem, p. 74)

É nessa conjuntura que analisaremos a favela “Bairro da Paz”, conhecida como “Malvinas”, montada em 1982, na época do conflito entre argentinos e ingleses.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O marco teórico e os procedimentos metodológicos tiveram como base uma reflexão sobre *direitos sociais e direitos políticos* sob o olhar de CORRÊA (2004), representados através de levantamento bibliográfico, histórico e cartográfico nos órgãos públicos IBGE e Companhia de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Salvador (CONDER), as pesquisas realizadas pelas Organizações não Governamentais (ONGS) - Associação de Voluntários para o Serviço Internacional (AVSI) e o Centro de Estudo e Ação Social (CEAS), registros fotográficos, entrevistas e observações *in loco*, para comprovar

É na produção da favela, em terrenos públicos ou privados invadidos, que os grupos sociais excluídos tornam-se, efetivamente, agentes modeladoras, produzindo seu próprio espaço, na maioria dos casos independentemente e a despeito dos outros agentes. A produção deste espaço é, antes de mais nada, uma forma de resistência e, ao mesmo tempo, uma estratégia de sobrevivência. Resistência e sobrevivência às adversidades impostas aos grupos sociais recém expulsos do campo ou provenientes de áreas urbanas submetidas às operações de renovação, que lutam pelo direito à cidade. (ibidem, p.30)

Para ele, a resistência e a sobrevivência são traduzidas

... na apropriação de terrenos usualmente inadequados para os outros agentes da produção do espaço, encostas íngremes e áreas alagadiços. Trata-se de uma apropriação de fato. (ibidem, p. 30)

DELIMITAÇÃO ESPACIAL E TEMPORAL DA ÁREA

Embora a cidade do Salvador viva a lógica da existência de bairros, não há em nenhum dos órgãos oficiais ou não oficiais da cidade uma delimitação geográfica dos mesmos, portanto, tomaremos nesta pesquisa, os setores censitários.

De acordo com os dados divulgados pela CONDER, a cidade do Salvador possui uma área de 317km² e uma população de 2.443.707 habitantes e abriga 184 favelas. Apenas 62% da população têm acesso à rede de esgoto e inúmeras moradias estão em situação irregular. Vinte e cinco por cento da população economicamente ativa estão desempregados.

A cidade sofreu na década de 70 do século XX, um intenso processo de urbanização associado à industrialização, reflexo da implantação nas três décadas anteriores da PETROBRÁS (Petróleo do Brasil S/A), CIA (Centro Industrial de Aratu) e COPEC (Complexo Petroquímico de Camaçari), que se estendeu durante toda a década de 80-90, contribuindo para que grandes contingentes populacionais se deslocassem do campo, das cidades de médio e pequeno porte e de outros estados, acarretando o fenômeno conhecido como “metropolização da pobreza”, agravando assim os problemas socioambientais.

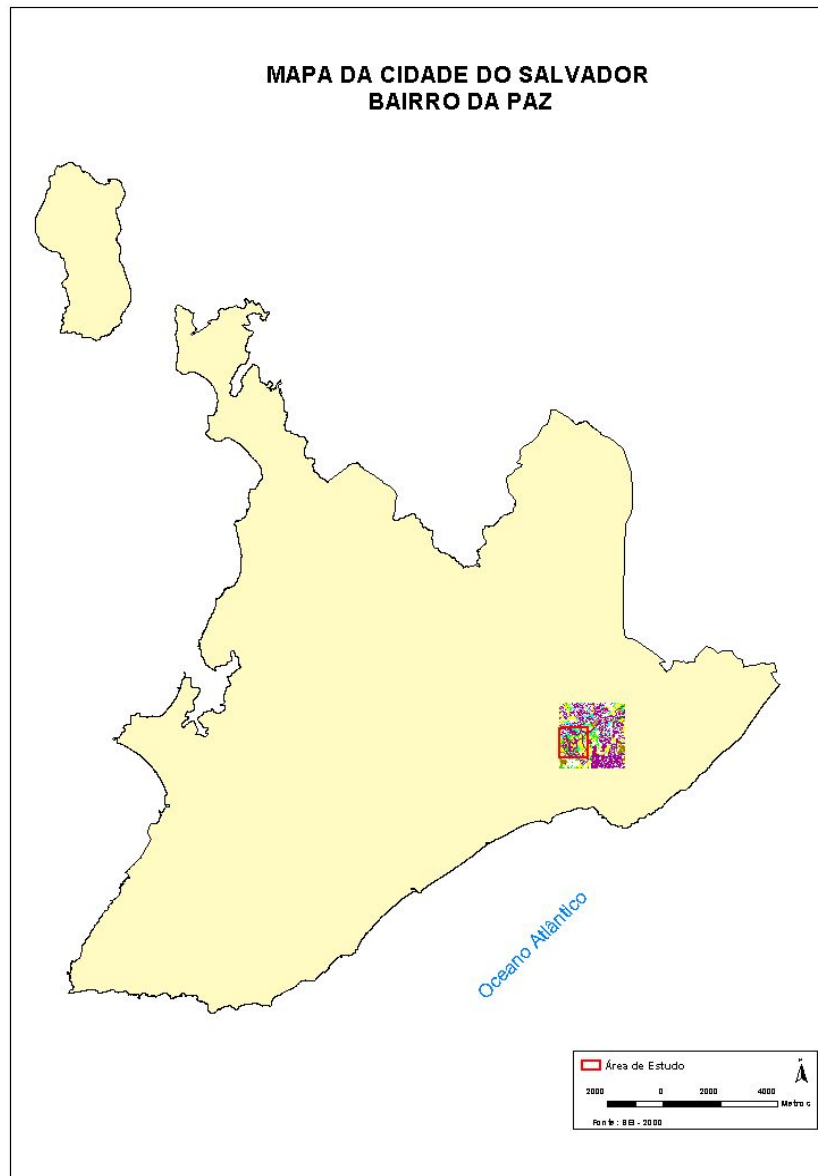
Nesse contexto, conforme CORREIA (2004), encontra-se a área conhecida como o Miolo da cidade do Salvador, denominação oriunda dos estudos feitos pelo Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano para a cidade (PLANDURB), possui cerca de 115 Km de extensão, está entre a BR 324 e a Avenida Luis Viana Filho, vai da Invasão Saramandaia até o limite Setentrional do Município, é a que mais cresceu desde a década de 70 do século XX até os dias atuais. Esse crescimento foi e está sendo marcado por um processo de periferização sócio-espacial, através da ação dos agentes econômicos como também da população pobre.

Os agentes econômicos seguem os investimentos realizados na nova área de expansão de Salvador (entre o litoral atlântico e a Av. Paralela), e iniciam a construção de grandes centros comerciais articulados à nova rede viária, acompanhados por uma série de torres de escritórios ... Nesse período, a população pobre também aparece como agente de expansão da cidade, seja através de invasões de terrenos nas áreas possíveis (desde palafitas na baía até nas margens da avenida Paralela), seja através da auto-construção em áreas consolidadas, seja ainda na aquisição de parcelas em loteamentos precários na periferia. (VASCONCELOS, 2000, p. 188)

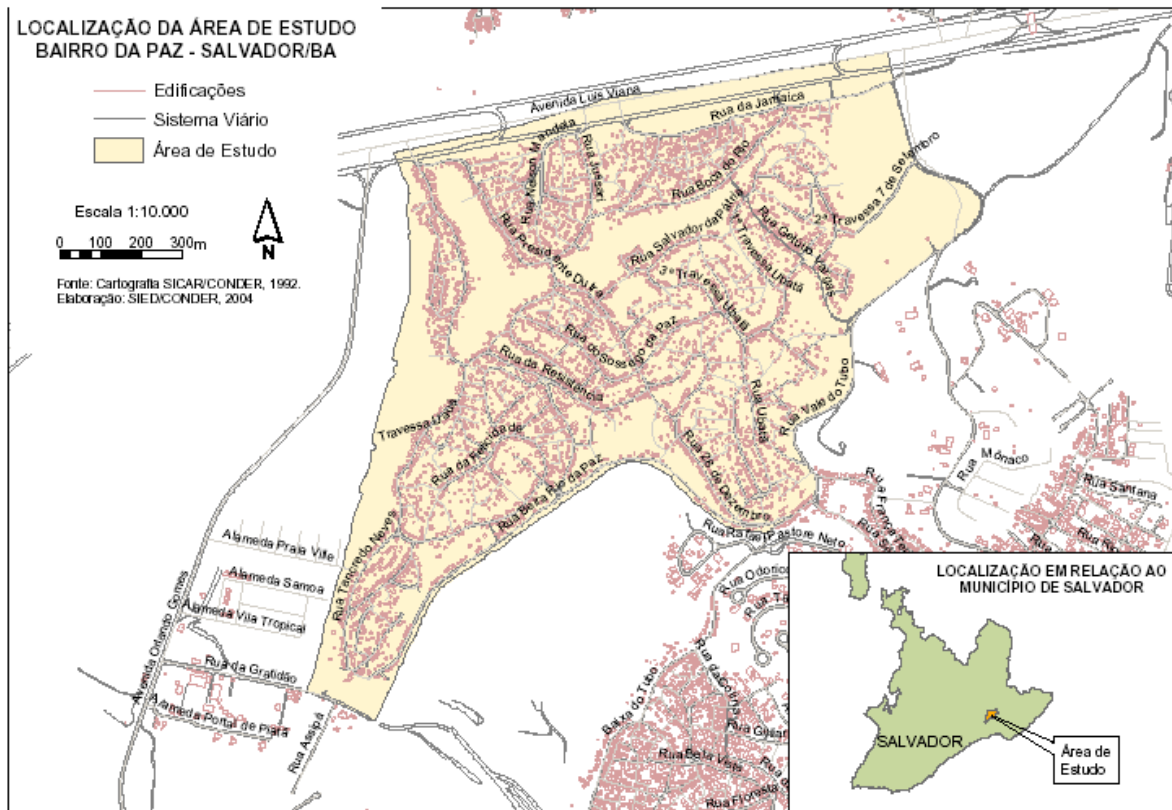
O Bairro da Paz com uma área de aproximadamente 1,4 km² localiza-se às margens da Avenida Luis Viana Filho (ver Mapas 01, 02 e 03), mais conhecida como Avenida Paralela, projetada para desafogar o tráfego da orla e facilitar a integração da cidade. Começou a ser construída no final dos anos 60 e início dos anos 70 do século passado, é um exemplo da implantação das “avenidas de vale”, fundamentais para projetos habitacionais e serviços. É um dos vetores mais

significativos da expansão territorial de Salvador, como salienta Fernandes (2004).

A criação, entre finais de 1960 e começos de 1970, da Avenida Luiz Viana Filho, mais conhecida como Avenida Paralela, situou o Miolo em uma posição estratégica - entre dita Avenida e a BR 324 -, o que contribuiu tanto a acelerar sua ocupação, como para estimular ainda mais a especulação imobiliária na cidade.



MAPA 01



MAPA 02



MAPA 03

A Avenida Luiz Viana Filho é uma importante via de ligação do sistema viário de Salvador. Tem a função de via de passagem, proporciona o acesso e a articulação com o sistema viário, ligando a região do aeroporto com as demais áreas da cidade. É considerada pelo Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU), como um corredor de atividades diversificadas, capaz de induzir o crescimento das áreas adjacentes e articular as novas áreas de expansão com o Centro Tradicional. Sub-Centros e Nucleações de Atividades já consolidadas.

De acordo com o *Modelo de uso e ocupação do solo para áreas adjacentes à Avenida Paralela*, elaborado em 1995 pela Prefeitura Municipal do Salvador (PMS), pode-se constatar que a mesma apresenta três trechos distintos:

1º - *Pernambués/CAB – apresenta uma ocupação já consolidada através de grandes áreas residenciais e de equipamentos de serviços de grande porte lindeiros à via;*

2º - *CAB/Rio Jaguaribe – representa um dos últimos grandes maciços de terra disponível para ocupação, agregando elementos de valor ambiental e paisagístico configurando-se como importante espaço estruturador da cidade;*

3º - *Rio Jaguaribe/Primeira Rótula do Aeroporto – apresenta ocupações consolidadas por populações de baixas e médias rendas denominadas respectivamente de Malvinas e Mussurunga.*

A valorização da sub-área denominada de Mussurunga/Malvinas encontrada no 3º trecho, por possui uma faixa notadamente de 200 metros de largura lindeiros à Avenida Paralela, certamente provocará a expulsão gradativa da população ali residente. Essa foi à previsão que a PMS encontrou na época. No entanto, pode-se observar que os moradores dessa sub-área ainda resitem às sucessivas administrações municipais que investem em melhoramentos urbanos diversos que valorizam mais e mais as propriedades fundiária e imobiliária no entorno desses bairros populares.

DA RESISTÊNCIA À SOBREVIVÊNCIA

A resistência dos moradores do Bairro da Paz teve início em 1982, quando famílias carentes da cidade soteropolitana, ocupam uma área considerada de grande importância estratégica para a especulação imobiliária, já que se encontra entre a Avenida Paralela e a

orla do Oceano Atlântico, região de grande valor de mercado, voltada para abrigar uma urbanização de *status*⁶. (CORRÊA, 2003).

Segundo os moradores mais antigos, o nome Malvinas nasceu da semelhança deles com os soldados que resistiam na Guerra das Malvinas. A resistência é salientada pelo coordenador-geral do Conselho de Moradores do Bairro da Paz, Antônio Carlos Silva Santos

Tem pessoas aqui que tiveram de construir o barraco seis vezes seguidas, apanharam muito da polícia, que os forçava até cortar as madeiras em pedacinhos, para não retornarem, mas retornavam sempre.

A ocupação foi muito combatida pela prefeitura e o governo na época, que chegaram a construir o loteamento de Fazenda Coutos 3, na Br-324, para deslocar todos os invasores, mas a maioria continuou resistindo, preferindo enfrentar a polícia, como conta Maria Dolores

Não tínhamos onde morar e por isso invadimos. Inclusive eu, que tava na rua com uma filha e três netos. Viemos para cá e foi uma luta muito grande. A polícia derrubava nossas casas a gente não podia sair, não podíamos comprar comida. Perdemos muito trabalho.

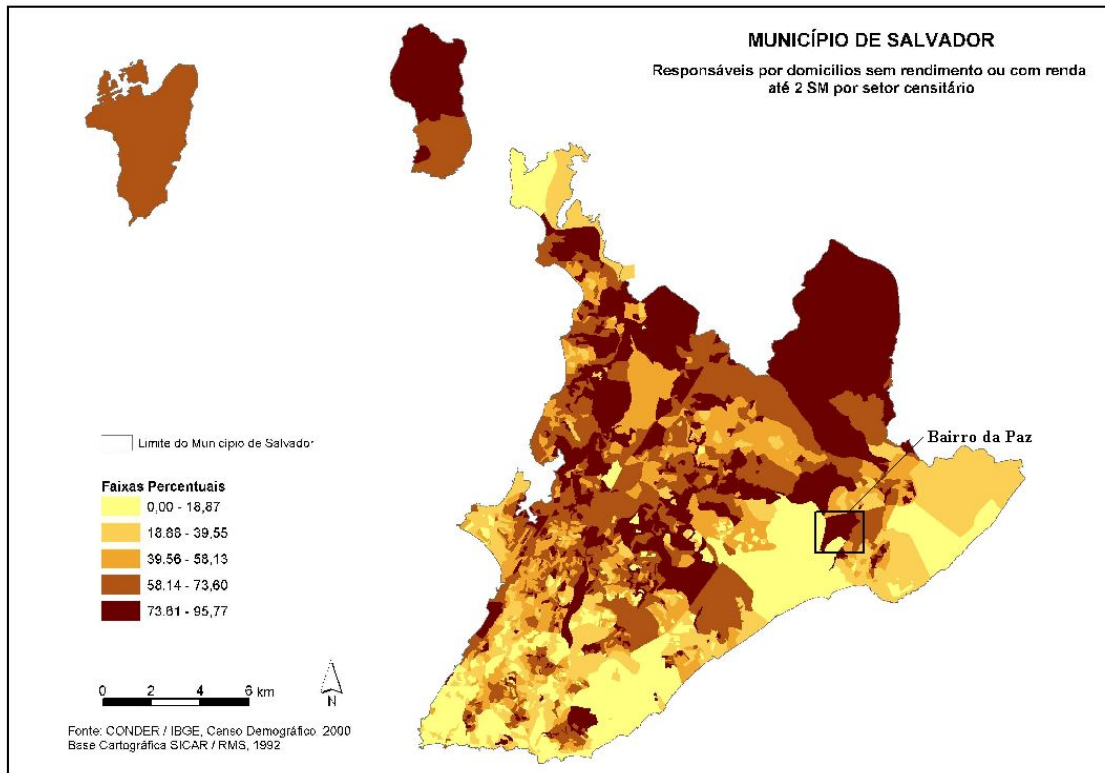
Hoje, não se fala mais em Malvinas, mas em Bairro da Paz, um espaço que já possui uma população aproximadamente de 55 mil habitantes segundo o último censo, mais de 4 mil domicílios particulares permanentes⁷, além de um comércio de porte, com vários mercadinhos, sapatarias, farmácias e escolas.

Analisando o rendimento da maioria dos responsáveis por esses domicílios, constata-se que predomina a renda média mensal de até 02 salários mínimos⁸, obtida a partir de trabalho informal, o que não difere do Miolo da Cidade do Salvador. (Ver Mapa 03)

⁶ Para CORRÊA (2003), a urbanização de *status*, ocorre quando um bairro é servido, pelas necessidades básicas materiais e imateriais.

⁷ Segundo o censo deve-se entender por domicílios particulares permanentes quando construído para servir exclusivamente à habitação e, na data de referência, tinha a finalidade de servir de moradia a uma ou mais pessoas.

⁸ O valor de referência das classes de salário-mínimo foi de R\$ 151,00 (cento e cinquenta e hum reais), valor que vigorava no mês de julho de 2000.



MAPA 03

Depois de mais de duas décadas, a vida no bairro melhorou. Mais para a maioria, as oportunidades de emprego continuam poucas. Entre as muitas queixas, os problemas que mais se destacam são os relacionados com os transportes públicos, violência urbana e falta de escolas de ensino fundamental da 5ª à 8ª e ensino médio. As questões voltadas para melhoria da qualidade de vida, dos serviços públicos essenciais, infra-estrutura, urbanização e desenvolvimento local, dar-se-ão a partir da mobilização popular articulados por grupos de moradores da comunidade principalmente com as ONGs e empresas privadas.

Nesse contexto, Corrêa (2004: 31), afirma

A evolução da favela, isto é, a sua progressiva urbanização até torna-se um bairro popular, resulta, de um lado, da ação dos próprios moradores que, pouco a pouco, durante um longo período de tempo, vão melhorando suas residências e implantando atividades econômicas diversas. De outro, advém da ação do Estado, que implanta alguma infra-estrutura urbana, seja a partir de pressões exercidas pelos moradores organizados em associações, seja a partir de interesses eleitoreiros.

A aposta nas parcerias é o grande alicerce que sustenta a sobrevivência dos moradores do Bairro da Paz. Como salienta Antônio Carlos Silva Santos. Por meio de convênios com empresas privadas, ONGs e voluntariados há iniciativas promissoras que não podem ser desprezadas, além de um Conselho de Moradores (CM) bastante representativo. Cerca de 93,5% conhecem o CM, fazendo, inclusive, menção a alguma atividade por ele realizada, o que demonstra o grau de representatividade do mesmo, conforme relata a pesquisa desenvolvida pela AVSI.

A primeira parceria ocorreu há doze anos atrás com a Fundação Dom Avelar, responsável pela parte social da comunidade, oferecendo cursos voltados para a formação humana e profissionalizante além de incentivar e apoiar a criação do CM e da Rádio Comunitária Avançar (RCA). O CM funciona através das coordenações com 16 moradores eleitos a cada dois anos, tendo como objetivo principal, *mobilizar, conscientizar e reinvidicar*, já a RCA é um sistema com cinquenta autofalantes espalhados pela comunidade, atinge 90% dos moradores, tem como objetivo divulgar as atividades comunitárias, informar e prestar serviços, a exemplo de documentos achados e perdidos. A Rádio também amplia seus objetivos tentando atingir a população de jovens. Para viabilizar esta demanda, ofereceu horários para jovens veicularem programas de lazer, com informações sobre as questões próprias dos(as) adolescentes, movimentos musicais (Hip-Hop, reggae, funk), etc.

A AVSI e a Cooperativa de Desenvolvimento e Moradia (CDM), desenvolveram uma pesquisa intitulada “Retrato do Bairro da Paz” o que possibilitou levantar os dados sociais e econômicos identificando assim os domicílios considerados abaixo da linha de pobreza, com isso estes foram beneficiados com o sistema de energia pagando somente 30% do consumo.

Através do Projeto Agente Jovem, parceria com a Secretária do Trabalho e Bem Estar Social (SETRABES), 100 jovens estão participando de palestras e cursos sobre cidadania com objetivo de serem multiplicadores e as futuras lideranças do bairro.

A comunidade possui uma parceria com uma Faculdade que desenvolve vários projetos com outras instituições. A Estação de cidadania para a cultura de paz com hipermídia e produção de rádio, com a participação da UNESCO, já está na segunda turma com resultados concretos. Jovens que participaram desse projeto hoje trabalham na RCA.

Dessa parceria, nasceu um Curso Pré-Vestibular, também com resultados positivos, 36 jovens da comunidade já ingressaram no curso superior. A Faculdade os insenta da inscrição e conforme o líder comunitário são totalmente acompanhados. Os idosos não foram esquecidos, há o Projeto Agita Idoso, onde 30 fazem biodança.

Há o Coral das Crianças, ao total são 40 de 08 a 12 anos que participam e se apresentam, principalmente durante a Semana Santa e final do ano (Natal e Ano Novo). Os Grupos de Adolescentes (de capoeira, dança e teatro) - são 150 jovens distribuídos em 7 grupos. A parceria estabelecida entre o CM e a Fundação Dom Avelar possibilitou a manutenção dos grupos. A Equipe Urbana do CEAS apoiou este trabalho, desenvolvendo junto aos (às) monitores(as) a capacitação para lidar com os(as) jovens e realizando seminários de formação direcionados a atender demandas bastante comuns entre os(as) mesmos(as), no sentido de uma maior compreensão da realidade social em que vivem, através da discussão de questões como drogas, violência, sexualidade, doenças sexualmente transmissíveis (DSTs), relações entre jovens e possibilidades de emprego. Para alguns destes temas, trabalham em parceria com a Faculdade e outras ONGs.

A Casa da Misericórdia e a Fundação Dom Avelar construíram e sustentam três creches, de regime integral das 7:30 às 17:00h, com cinco refeições, atendendo 80 famílias por creche, totalizando 300 crianças de três a seis anos. Gera em torno de 30 empregos na comunidade, além de fornecer apoio aos pais através de cursos profissionalizantes.

O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) com o Centro Integrado de Manufatura e Tecnologia (CIMATEC) ofereceram 200 vagas para jovens de 14 a 17 anos no curso de serralheria, porém só 74 vagas foram preenchidas, a única exigência era ter o curso completo do Ensino Fundamental, o que comprova o baixo nível de escolaridade dos jovens da comunidade.

No quesito educação a comunidade é assistida por apenas duas escolas que atendem em torno de 4.500 crianças da 1ª à 4ª série do ensino fundamental. Há carência de escolas do ensino fundamental da 5ª à 8ª e do ensino médio.

A parceria da comunidade com uma grande empresa privada resultou no Projeto Cidadania e Paz que oferece cursos profissionalizantes e de geração de renda para 250 pessoas.

Os moradores também foram beneficiados pelo projeto Agente Social Avançado (ASA), desenvolvido pela Embasa para orientar comunidades carentes a fazer o controle doméstico do uso da água, visando combater o desperdício e reduzir perdas. Os técnicos do projeto também dão orientações quanto à implantação do sistema de esgotamento sanitário do local.

A mais nova parceria é com a Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (COELBA), que desenvolve juntamente com a CDM o Projeto Inclusão Digital, objetivo é atender 90 jovens a cada três meses, além do Curso de Eletricista de alta tensão, são 16 jovens que ao final do curso serão contratados por empresas terceirizadas pela instituição.

Com a Fundação Alphaville, SETRABES e o CM, a comunidade terá um Centro de Convivência – Bairro da Paz/Alphaville – com cursos de secretária do lar, cozinha alternativa, jardinagem, segurança e inclusão digital. Caberá ao CM, construir juntamente com a Fundação Alphaville os cursos, cadastrar os moradores e acompanhar o projeto, a SETRABES ficará encarregada de vigiar e coordenar, enquanto a Fundação de construir o espaço físico e financiar o projeto.

Recentemente a Comunidade passou a contar com o Balcão de Justiça e Cidadania, parceria com outra Faculdade da Região Metropolitana de Salvador (RMS), foi criado para tentar resolver de maneira ágil e desburocratizada os conflitos através da conciliação. As instituições parceiras são as responsáveis em fornecerem, por meio de convênio firmado com o Tribunal, os recursos humanos (estudantes estagiários, professores e advogados contratados) como também a estrutura do Núcleo de Prática Jurídica. As organizações comunitárias ficam responsáveis pela indicação dos agentes de cidadania que atuam conjuntamente com os estudantes no atendimento da população, são fundamentais para a inserção do Balcão no seio da comunidade, emprestando ao projeto a credibilidade conquistada pela atuação e convívio diário. Para atender bem às pessoas, o Balcão conta com estudantes de Direito e agentes da comunidade devidamente habilitados para tirar as dúvidas e solucionar conflitos, com a supervisão de professores e advogados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A legislação urbana ao definir formas de apropriação do espaço permitidas e proibidas determina quais áreas da cidade estão *dentro* ou *fora da lei*, o que gera diferentes formas de cidadania e acesso aos equipamentos e serviços urbanos. Daí surgem assim os conceitos de “cidade legal” e “cidade ilegal”, esta última representada pelas favelas, “vilas”, cortiços, loteamentos clandestinos e irregulares, entre outros.

Necessária para abrigar uma população de baixa renda, a “cidade ilegal” cresce graças a políticas públicas inoperantes, sem compromisso com a maioria da população e com investimentos voltados para outros espaços. Dada a irregularidade da ocupação é precária a expansão de infra-estrutura e serviços urbanos. Em geral, inexistem perante os órgãos públicos que não a reconhecem.

Diante deste quadro, Maricato (2000) ao analisar este modelo de planejamento evidencia que

... esse modelo, definidor de padrões holísticos de uso e ocupação do solo, apoiado na centralização e na racionalidade do aparelho do Estado, foi aplicado a apenas uma parte das nossas cidades: na chamada cidade formal

ou legal. A importação dos padrões do chamado 'primeiro mundo', aplicados a uma parte da cidade (ou da sociedade) contribuiu para que a cidade brasileira fosse marcada pela modernização incompleta ou excludente. (ibidem, p. 123)

Enquanto os projetos públicos continuam apenas nos papéis a população continua sendo, excluída, pois mudaram de endereço mais não estão inseridos no mercado de trabalho, porque enquanto não estiverem trabalhando continuaram sendo os mesmos “favelados” de antes, uma massa populacional de excedentes e sem muitas perspectivas de mudarem de “cara”, pois enquanto excluídos do mercado de trabalho, também estarão excluídos da condição de serem simples cidadãos porque não estarão incluídos na sociedade.

Sentimos o quanto se faz necessário à continuação destes projetos, para que essas famílias estejam vivendo com um mínimo de dignidade, pois até então estão esperando a atuação real do poder público. Necessitamos combater a naturalização da miséria e a sua coisificação.

Para Carlos (2003)

As lutas, as formas de resistência, que emergem das contradições impostas pelo capital, contrapõem-se a ele e isso se dá no estreito limite da reprodução do espaço urbano enquanto reprodução da vida humana em sua plena dimensão. O espaço urbano é o espaço da reprodução das relações sociais que envolvem várias dimensões da vida humana. (ibidem, p. 91)

Assim é o Bairro da Paz, uma ocupação que exprime necessidades coletivas de melhorias, onde busca uma interação com o ambiente, mas também com os avanços urbanísticos que impõe a velocidade da urbanização sem danificar a dignidade do cidadão.

Ser cidadão, portanto, é antes de qualquer coisa, sentir-se inserido nos grupos sociais, de modo respeitoso, implica um processo onde a razão e os interesses individuais se submetem à razão pública e os interesses coletivos.

REFERÊNCIAS

- BEGUIN, François. *As maquinarias inglesas do conforto*. In : Espaço e Debates nº 34. São Paulo. 1991.
- CARLOS, Ana F. A. *A cidade*. São Paulo: Contexto, 2003. 7ª edição. 94p.
- CORRÊA, Roberto Lobato. *Trajatórias geográficas*. RJ: Bertrand Brasil, 2001. 304p. 2ª edição.

- CORRÊA, Roberto Lobato. *Região e Organização espacial*. SP: Editora Ática, 2003. 93p. 7ª edição.
- CORRÊA, Roberto Lobato. *O espaço urbano*. SP: Editora Ática, 2004. 94p. 4ª edição.
- CORREIA, Marcelo A. *Repercussões socioambientais da expansão urbana de Salvador – Ba: um estudo de caso: avenida paralela*. Anais do VI Congresso Brasileiro De Geógrafos – Gioânia/Go – 18 A 23 de Julho de 2004. p. 103.
- FERNANDES, Rosali Braga. *Processos recentes de urbanização / segregação em Salvador: o miolo, região popular e estratégica da cidade*. Ciências Sociais (Série documental de Geo Crítica). Universidade de Barcelona. Vol. IX, nº 523, 20 de julho de 2004.
- MARICATO, E. *Metrópole na Periferia do Capitalismo – Ilegalidade, Desigualdade e Violência*. São Paulo: Editora HUCITEC, 2000.
- PMS - Prefeitura Municipal do Salvador. Centro de Planejamento Municipal. Gerência de Desenvolvimento Municipal. *Modelo de uso e ocupação do solo para áreas adjacentes à Avenida Paralela*. Salvador, 1995.
- PNUD – Programa de Lãs Naciones Unidas para el desarrollo. *Guia metodológica de capactacion em gestionambiental urbana para universidades de América Latina y el Caribe*. Nova York: UNDP/UNOPS, 1997.
- ROLNIK, Raquel. *A Cidade e a Lei: Legislação Política Urbana e Território na Cidade de São Paulo*. São Paulo. Studio Nobel/Fapesp. 1997.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. *ABC do desenvolvimento urbano*. RJ: Bertrand Brasil, 2003. 192p.
- VASCONCELOS, Pedro de A. *Salvador: Os agentes de seu desenvolvimento*. In: LAGE, Creuza S. et all (orgs). *Os Lugares do Mundo. A globalização dos lugares*. Salvador: UFBA. Departamento de Geografia, Mestrado em Geografia, 2000. 287p.